

HABEAS CORPUS Nº 500.902 - RS (2019/0086854-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DIEGO PEREIRA FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO PEREIRA FERREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do Agravo em Execução n.º 70080514615.

Consta nos autos que o Paciente estava no cumprimento **de pena privativa de liberdade em regime inicial semiaberto** quando **sobreveio nova condenação a penas restritivas de direitos**. Nesse contexto, o Magistrado deferiu o requerimento do Ministério Público e determinou a conversão das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade (fls. 49-51).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução no Tribunal de origem, que desproveu o recurso (fls. 94-99).

Nas razões do writ, a Impetrante sustenta "[...] *que é absolutamente possível o cumprimento sucessivo da pena privativa de liberdade e restritiva de direitos. Tanto o art. 44, § 5º, do Código Penal como o art. 181, §1º, alínea 'e', da LEP conferem uma faculdade ao magistrado, permitindo que ele decida sobre a conveniência da conversão*" (fl. 5).

Alega ser "[...] *muito mais benéfico para o apenado e para a sociedade a suspensão da pena restritiva de direitos até que o sentenciado possa cumprir esta reprimenda*" (fl. 5).

Requer "[...] *seja concedida LIMINAR, visto que presente o periculum in mora e o fumus boni iuris, e, ao final, concedido o HABEAS CORPUS, para cassar o acórdão proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme acima delineado*" (fl. 7).

É o relatório. Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fls.96-98):

"[...]

Assim, no caso concreto, diante da visível incompatibilidade entre o cumprimento da pena restritiva de direitos oriunda da condenação superveniente e a pena que vinha sendo cumprida em regime semiaberto, agiu de forma acertada o magistrado de origem ao converter a sanção restritiva de direitos em pena corpórea, diante da incompatibilidade do cumprimento simultâneo, em observância, ainda, ao art. 111, § único do Código Penal, verbis:

"[...]

Isso porque a suspensão da execução da pena restritiva de direitos para cumprimento posterior, como pretende a defesa, é medida que não encontra respaldo legal, notadamente considerando a determinação do art. 111 da LEP (soma de penas), conforme acima disposto.

"[...]

Dessa forma, irretocável a decisão que converteu a PRD em PPL."

Da leitura dos excertos transcritos, verifica-se que o acórdão impugnado vai ao encontro de entendimento pacífico desta Corte Superior de que, "[n]a hipótese de unificação prevista no art. 111 da LEP, é permitida a reconversão de pena restritiva de direitos se o Juiz verificar a incompatibilidade do seu cumprimento simultâneo com pena privativa de liberdade posterior"(AgRg no HC 424.866/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018.)

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e ao Juízo das Execuções Criminais, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso às movimentações processuais, caso seja necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

